

# **A EDUCAÇÃO FÍSICA VOLTADA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MARIA VILANY DELMONDES**

Maycon José Ribeiro de França

## **Resumo**

Este artigo é um trabalho de conclusão do curso de Educação Física da Faculdade Eduvale, de Jaciara, que tem como tema “A educação física e inclusão” e como delimitação “inclusão de pessoa com deficiência na educação física do 9º ano da Escola Municipal Maria Vilany, em Jaciara. Por ser uma pesquisa bibliográfica e também um estudo de caso, primeiramente foi feita a leitura de autores que falam sobre deficiência, educação física e práticas inclusivas na educação. Depois foi feita uma observação na escola pesquisada, através da realização do Estágio Supervisionado, apresentando como sugestões práticas de inclusão de deficiente nas atividades de Educação Física. A pesquisa de campo foi realizada em uma escola municipal de Jaciara, tendo como participantes da coleta de dados a professora de Educação Física, a coordenadora pedagógica e uma aluna PCD estudante do 8º ano do Ensino Fundamental. O instrumento de coleta de dados foi a observação direta. A partir da observação foi possível conhecer algumas dificuldades enfrentadas por deficientes cadeirantes no ambiente escolar, não apenas nas aulas de Educação Física, mas em todo os lugares, o que sugere a necessidade de mudanças não só no comportamento, mas na infraestrutura da sociedade em geral, de forma a incluir essas pessoas efetivamente.

**Palavras-chaves** : Educação Física. Inclusão. Pessoa com deficiência.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata-se de um trabalho de conclusão do curso de Educação Física da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço. Tem como tema “Educação Física e inclusão de pessoas com deficiência”, voltando sua delimitação para práticas de inclusão na Educação Física do 8º ano do ensino fundamental da escola Maria Vilany Delmondes, em Jaciara – MT. O foco da pesquisa é a prática inclusiva na disciplina de Educação Física, voltada para alunos com deficiência.

O questionamento que deu origem à pesquisa foi o seguinte: Quais estratégias de inclusão para Pessoas com Deficiência – PCD – podem ser feitas pelo professor de Educação Física para incluir alunos nos anos iniciais do Ensino fundamental?

Buscando responder a este questionamento, esta pesquisa tem como principal objetivo verificar atividades práticas nas aulas de Educação Física voltadas para o desenvolvimento de estudante PCD nos anos finais do Ensino Fundamental.

Para tanto, será utilizada a pesquisa bibliográfica como fonte para acessar obras e estudos sobre o tema, bem como estudiosos que falem sobre a prática da educação física no ensino fundamental como incentivo no desenvolvimento de pessoas com deficiência.

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola municipal de Jaciara, tendo como participantes da coleta de dados a professora de Educação Física, a coordenadora pedagógica e uma aluna PCD estudante do 8º ano do Ensino Fundamental. O instrumento de coleta de dados foi a observação direta.

## **2 EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Refletir sobre educação física no ambiente escolar é um dos objetivos deste trabalho. Entretanto, antes de iniciar essa discussão, é preciso resgatar alguns pontos sobre educação, para justificar a presença da educação física no ambiente escolar

Segundo Gallardo (2009, p. 6), o termo educação significa “todas as formas de aquisição dos conhecimentos produzidos historicamente que contribuem para a formação geral e a capacitação dos indivíduos, seja pelas formas institucionalizadas (escola), seja pelas informais (o dia a dia)”. Esse significado mostra que tanto o ensino-aprendizagem quanto conhecimentos cotidianos voltados para a vivência em sociedade fazem parte do processo educacional.

Apesar de a história da educação, no caso do Brasil, ter um grande período baseado no ensino tradicional, voltado para um conhecimento único, universal, diferentes formas de atuação pedagógica são constatadas nas pesquisas e relatos voltados para a educação.

A presença da educação física como um diferencial nesse processo é muitas vezes destacada, até porque o movimento do corpo e as habilidades voltadas para o cuidado e preparo físico acabam chamando muito mais a atenção dos alunos do que os conhecimentos sistematizados e hierárquicos presentes na escola. (MIRANDA, AFONSO, 2006).

Ainda assim, a presença de normas e regras não deixa de direcionar o trabalho com a disciplina de educação física, tanto quanto ocorre com as demais disciplinas, apesar dessa prática ser menos ofensiva, pois está muitas vezes ligada às próprias regras das atividades físicas trabalhadas em sala.

O entendimento sobre a educação física, para Gallardo (2009, p.8), parte primeiramente dos interesses: “um treinador, por exemplo, ao ensinar ao atleta determinado movimento, em vista um objetivo muito específico, que é prepara-lo para a prática de uma modalidade de esporte”. Esse entendimento deixa claro que, conforme o interesse de quem indica um movimento ou atividade física, é que se determina a prática.

No caso da educação física em sala de aula, Gallardo (2009, p. 8) afirma justamente que a preocupação do Governo com a “necessidade de pessoas saudáveis, que mantenham altos índices de produtividade no trabalho (certificado ISO 9000 ou ISO 9001, por exemplo)”, o que acaba justificando muitas vezes uma prática da atividade física na escola apenas como uma complementação do trabalho acadêmico ou esforço intelectual.

No Brasil, a Educação Física escolar sistematizada teve início no final do século XIX. Nessa época, o país iniciava sua transição de sociedade escravista para uma formação social capitalista. Acompanhando as

tendências que predominavam na Europa em diferentes campos do saber, existia a preocupação de construir um homem novo, que pudesse dar suporte à nova ordem política, econômica e social emergente. O objetivo era formar “um indivíduo forte, saudável, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país (CASTELLANI FILHO, 1988, apud GALLARDO, 2009, p.11)

Apesar de a motivação não parecer a ideal, a presença da educação física na escola pode – e deve – ser bem aproveitada pelos profissionais dessa área, pois pode-se alavancar a prática de humanização e as características voltadas para a aprendizagem motora.

Sem falar dos aspectos sócio-cognitivos, pois como o movimento faz parte da natureza humana, utilizar as atividades físicas como incentivo às práticas sociais e para o aprendizado podem favorecer o desempenho cada vez melhor em outras áreas do conhecimento.

A história da Educação Física no ambiente escolar no Brasil tem, segundo Finck (2009, p. 15), seu primeiro registro em meados de 1920: “no Brasil, a Educação Física foi pensada enquanto prática nas escolas com propósitos profiláticos, morais e culturais”. Nessa realidade, não havia uma formação específica nem orientações pedagógicas sobre o que trabalhar. Os “instrutores”, como eram denominados aqueles que faziam esse trabalho, repetiam com as crianças das escolas exercícios praticados com soldados nos quartéis.

Talvez por essa razão, até hoje muitos professores não deem à educação física uma grande importância. Entretanto, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Nº 9.394/1996 e, posteriormente, em 1997, com a distribuição dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação, a preocupação com as atividades físicas trabalhadas na Educação Física escolar veio sendo direcionadas com propostas e objetivos, conteúdos e métodos que valorizassem a formação integral do aluno.

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1999; V (VETADO); VI – que tenha prole (FINCK, 2009, p. 21).

Assim, segundo a citação do artigo 92 da LDBEN/1988 acima, a facultatividade da educação física aos casos citados ressalta o contrário do que se

divulga na mídia, de que toda e qualquer pessoa tem direito e necessidade de realizar atividade física e/ou esportiva regularmente.

Sendo a escola um espaço de formação, não poderia haver esses casos de exceção da prática esportiva. Mesmo assim, ainda há vários educadores físicos que ignoram esse papel formador na Educação Física, e acabam realizando práticas excludentes, porque esse é o caminho de menor resistência.

Entretanto, para que a Educação Física faça parte de um currículo inclusivo, é preciso que as práticas na educação física sejam substituídas por um currículo de movimento humano e/ou escolaridade fundamentado em um ambiente de aprendizagem diversificado, onde todos os estudantes procurem significado pessoal, definam metas, resolvam problemas e façam perguntas de forma responsável.

Segundo Rizzo e Lavay (2000, p. 43), “a inclusão não pode ser realizada unicamente através da adição de um paraeducador, ou a adaptação de jogos, equipamento, tempo e/ou organização”. (Rizzo; Lavay, 2000). Essa prática inclusiva requer o uso de técnicas e estratégias baseadas em novos pressupostos e representando uma cultura comunitária na Educação física, além, é claro, da aplicação de abordagens mais tradicionais.

Entre os requisitos administrativos básicos (Brown et al., 1989) de inclusão é a colocação de um aluno com uma deficiência de acordo com o princípio de "proporções naturais" ( que seja, em geral, não mais de 1-2 alunos com deficiências em qualquer classe de educação física). Quando um estudante com deficiência participa na educação física, ele ou ela tem auxiliares e serviços suplementares na forma de programação individualizada, pessoal de suporte, instruções especiais e materiais adaptados conforme necessário. Esta prática é conhecida como o princípio da portabilidade - tudo e todos seguem o aluno (Brown et al., 1989).

A inclusão é um processo colaborativo, focado no aluno porque os alunos com deficiência aprendem habilidades de vida e gostam da oportunidade de crescer com seus pares na dinâmica e ambiente que uma educação física significativa, de alta qualidade.

Para que haja realmente uma prática inclusiva na Educação Física, é preciso que o educador físico organize um programa que permita que o aluno com deficiência tenha acesso à uma verdadeira educação física, e seja preparado para um estilo de vida ativo fora da escola; ele deve ser membro completos da escola e

da comunidade, experimentando educação física naturalmente e espontaneamente com colegas (Brown et al., 1989).

O sucesso de um programa de educação física inclusivo depende da promoção da integração, aceitação e sucesso de alunos com deficiência na educação física. A decisão de apoiar a inclusão depende em grande parte da atitude, valores e crença dos educadores físicos

Os bons administradores garantem que o ambiente esteja preparado antes do tempo para uso igual de todos os alunos, e eles são cuidadosos para não enviar mensagens ocultas. Um exemplo de imagem oculta é quando o aluno com deficiência não pode entrar na escola pela mesma porta dos demais, ou precisa de um acesso diferente na hora da merenda, por exemplo.

Essas “mensagens” indicam que o espaço não está preparado para aquele aluno, o que por si só já transmite uma mensagem de exclusão e não de inclusão.

Para Miranda, Afonso (2006, p. 128), “é preciso que a prática e os movimentos realizados na Educação Física caminhem para um envolvimento de todos no processo e não uma adaptação dos alunos com deficiência”. Isso quer dizer que educadores físicos precisam saber que vão encontrar estudantes com uma variedade de habilidades dentro de cada uma das aulas.

Assim, a inclusão não se trata apenas de "deficiência", mas sobre diversidade. Os educadores devem estar preparados para fornecer uma variedade de atividades para os seus alunos - de recreação não competitiva e atividades de lazer para a definição de metas individuais e / ou competitivas, jogos e atividades em equipe.

Não obstante, a inclusão exige que os educadores físicos tenham uma atitude de acomodação para o bem do grupo. É o que torna a educação física inclusiva e não exclusiva. A inclusão é um processo social e deve ser conceituada como tal.

Outro aspecto que precisa ser repensado quando se propõe a realizar práticas inclusivas é a avaliação. Os educadores físicos precisarão fazer mudanças nos critérios de avaliação e o sistema de avaliação do desempenho a fim de avaliar equitativamente a contribuição de cada aluno, para o sucesso da inclusão.

Para tanto, é preciso sair da ideia comum de que “o que importa é medido”, e partir para uma concepção que valorize a inclusão e que, por isso mesmo, procure avaliar seu sucesso em seus programas e manter estudantes responsáveis pela

contribuição para o processo. Isso significa que os educadores físicos devem identificar especificamente, programar metas e objetivos que claramente indicam a todos os alunos a aparência da inclusão bem-sucedida (MIRANDA, AFONSO, 2006).

Uma vez que o educador físico configura a atividade de aprendizagem e afirma os resultados de aprendizagem esperados para a lição diária, os alunos podem começar a trabalhar.

Em um programa de educação física inclusivo, um dos componentes necessários é o trabalho coletivo, ou seja, é preciso que os alunos trabalhem juntos para alcançar os objetivos de aprendizagem. E para isso, um dos papéis do professor é ensiná-los a trabalhar juntos e, além de se concentrar em estudantes individuais.

É preciso considerar que, para muitos estudantes com deficiência, a prática esportiva não é uma experiência positiva. Segundo Brown (et al., 1989, p. 45), muitos deles “enfrentam dificuldades em interagir com pares, marginalização e não interação de professores. Eles podem ser socialmente isolados, apesar da sua inclusão em práticas esportivas”.

Assim, é preciso considerar que, embora os alunos com deficiência possam precisar de apoio ao acesso ao currículo, esse apoio pode ser uma barreira para o desenvolvimento de relacionamentos com colegas.

### **3 PCD - PESSOA COM DEFICIÊNCIA?**

A nomenclatura dada para pessoas que apresentam dificuldades físicas frequentemente sofre mudanças ou alterações. Para Fonseca (1995, p. 25), a definição de pessoa deficiente que é aceita internacionalmente é a de que a criança deficiente é aquela que “se desvia da média ou da criança normal em 1) características mentais; 2) aptidões sensoriais; 3) características neuromusculares e corporais; 4) comportamento emocional; 5) aptidões de comunicação; 6) múltiplas deficiências [...]”. Essa definição, então, inclui aspectos físicos, comportamentais e mentais.

Já para Ribas (1983, p. 9), a partir da década de 70, muita gente, principalmente fora do Brasil, começou a pensar que “estes "termos" ou "definições"

não davam conta da realidade total e concreta das pessoas deficientes. Poderiam ser termos equivocados”. Isso significa que a conceituação pode dada a partir de concepções ideológicas ou fragmentadas a partir da imagem que se tem dos deficientes.

Numa tentativa de padronizar a forma como a sociedade vê os deficientes, alguns órgãos da Organização das Nações Unidas – ONU buscaram padronizar esse conceito:

[...] se manifestaram em favor de lançar mundialmente o termo "pessoas deficientes". Surgiu a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 9 de dezembro de 1975, que proclama em seu artigo 1: "O termo 'pessoas deficientes' refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais". Por outro lado, a Organização Mundial de Saúde publicou em 1980 uma Classificação Internacional dos Casos de: 1) Impedimento (na tradução do inglês *impediment*), 2) Deficiência (*disability*) e 3) Incapacidade (*handicap*). O impedimento diz respeito a uma alteração (dano ou lesão) psicológica, fisiológica ou anatômica em um órgão estrutural do corpo humano. A deficiência está ligada a possíveis sequelas que restringiriam a execução de uma atividade (RIBAS, 1983, p. 10).

Assim, o principal ponto de diferenciação entre as pessoas com ou sem deficiência passa a ser definida a partir das dificuldades que a pessoa tem (ou não) de viver em sociedade, a partir das capacidades físicas e/ou mentais. Então, a classificação dessas deficiências é feita conforme o nível dessas dificuldades.

O termo PCD – Pessoa Com Deficiência – é o que vem sendo mais adotado atualmente, pois justamente evita essa segregação da pessoa conforme a sua dificuldade. Apenas informa que há uma dificuldade, independentemente de qual seja.

A preocupação com a concepção do que seja Educação Física e também o que seja PCD somente se torna realmente válida se direcionar uma prática de transformação. Isso significa que não adianta querer conceituar nenhum desses paradigmas se não se pretende transformá-los.

Catellani Filho (2009, p. 50) afirma que diferentes respostas para esse questionamento “têm sido historicamente construídas sem, contudo, contribuir substancialmente para a superação da prática conservadora existente”. Essa afirmação reforça a ideia de que não há validade num questionamento vazio, sem

intencionalidade prática. É preciso buscar uma compreensão sobre o conceito de Educação Física que realmente influencie na sua efetivação.

A prática pedagógica geralmente está relacionada às necessidades que uma determinada realidade possui. Assim, as práticas pedagógicas são organizadas conforme os interesses de uma comunidade escolar. No caso da Educação Física, Finck (2011, p. 153) afirma que “no espaço social da escola, os conhecimentos, bem como os valores e os significados, são elaborados, transformados e reelaborados, ocorrem aproximações e afastamentos; portanto, a visão estática e repetitiva de cotidiano precisa ser rescindida.”

Isso quer dizer que não contribui para a formação do aluno uma mera repetição de atividades sem movimento, sem contribuição de todos. A educação física deve explorar os movimentos do corpo, e assim sendo, não pode ficar limitada à atividades repetitivas, sem objetivos.

No caso de pessoas com deficiência, dependendo da deficiência física ou mental, um incentivo à movimentação pode auxiliar e incentivar o desenvolvimento dessa pessoa muito mais do que as demais áreas do conhecimento, devendo, portanto, ser uma área valorizada por todos os profissionais da educação envolvidos na aprendizagem dessas pessoas.

Em se tratando da inclusão dos PCDs na escola, Santos e Paulino (2008, p. 11) afirmam que promover “a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade”. Essa qualidade está relacionada a um acesso e atendimento adequado para todos os alunos, sejam eles portadores de deficiência ou não.

A discussão sobre inclusão dessas pessoas em escolas regulares, e principalmente em escolas particulares, como é o caso da escola campo da pesquisa, ainda é muito grande e provoca uma diversidade de opiniões. Há os defensores das escolas especiais, em que os alunos portadores de deficiências são reunidos conforme essas mesmas deficiências, e há os que criticam esse tipo de educação, afirmando que a formação se dá no contraste, na convivência com o novo, com o diferente, e que só o fato dessas pessoas estarem convivendo com outras que não apresentam as mesmas dificuldades que elas já há um processo de avanço no desenvolvimento.

#### **4 PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MARIA VILANY DELMONDES**

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado nas aulas de Educação Física como uma das etapas da formação do curso de Educação Física da Faculdade Eduvale foi uma oportunidade única de envolver as disciplinas e teorias estudadas com a realidade escolar.

No período de realização do estágio estive acompanhando a professora regente da disciplina de Educação Física que atua nas séries iniciais da Escola Municipal Maria Vilany Delmondes, em Jaciara.

A escola possui cerca de 770 alunos matriculados desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, e a disciplina Educação Física é ofertada por profissional especializado desde a Educação Infantil.

Nas atividades desenvolvidas pela professora, o trabalho com o esporte é feito na área externa, em quadra coberta e de areia, além do pátio. Mas também existem aulas teóricas, trabalhadas em sala de aula, nas turmas das séries finais do Ensino Fundamental.

Apesar de ter acompanhado apenas as aulas das crianças pequenas durante o estágio, uma aluna do 9º ano que é deficiente cerebral me chamou a atenção, e me incentivou a procurar conhecer como são feitas as atividades na disciplina com ela. Ao conversar com a professora que ministra aulas de Educação Física para a aluna, a mesma me disse que a aluna faz acompanhamento médico no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, e tem uma facilidade de movimentação e de escrita usando os pés, mas que nas atividades diárias ela não se sente à vontade de brincar com as outras crianças e fica apenas olhando as brincadeiras.

A comunicação da aluna é feita de forma precária, pois quem não convive com a mesma não consegue compreendê-la de imediato. No entanto, a mesma demonstra uma empatia muito grande com as pessoas, manifestando alegria ao

estar inserida no meio do grupo, o que comprova que a inclusão da mesma na sala regular é uma vantagem para seu desenvolvimento, mesmo que fisicamente não seja possível um progresso nos seus movimentos, em virtude das suas limitações físicas.

A aluna é moradora do Lar Recanto Feliz, sendo a responsabilidade por sua locomoção do abrigo para a escola Pestalozzi, no período matutino, e para a escola Maria Vilany, no vespertino, do transporte público escolar especial. A mesma conta com uma acompanhante que é responsável por auxiliá-la durante o período escolar.

A partir das informações dadas pela professora regente de Educação Física, procurei conhecer algumas atividades que possam fazer parte da rotina desta disciplina com essa aluna, para tentar integrá-la mais não só às aulas, mas com os colegas também.

Essa integração é importante para a aluna PCD e para seus colegas, que podem desenvolver valores de respeito e cooperação. De acordo com Cidade e Freitas (2015),

[...] na escola, os educandos com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados. A realização de atividades com crianças, principalmente aquelas que envolvem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança aprende a lidar com seus fracassos e seus êxitos. A variedade de atividades também prevê o esporte como um auxílio no aprimoramento da personalidade de pessoas portadoras de deficiência. As crianças com algum nível de deficiência (auditiva, visual, física e mental) podem participar da maioria das atividades propostas. (CIDADE, FREITAS, 2015, p. 2).

Desta forma, a participação nas atividades motoras, no caso da aluna da E. M. Maria Vilany, apesar de ser limitada, é possível, desde que haja por parte da equipe docente, incluindo o professor de Educação Física, coordenação e gestão, um planejamento que valorize os pontos fortes, não só dela, mas de todos os alunos.

Uma tentativa de inclusão de cadeirante apresentada no curta “Cordas”, ganhador do Prêmio Goya 2014, mostra um menino cadeirante que possui paralisia cerebral brincando com sua amiga Maria, que utiliza corda para simular várias brincadeiras com o colega PCD, entre elas futebol, pular corda e outros tipos.

Essa e outras adaptações podem ser feitas desde que o professor conheça quais são as limitações desse aluno e procure trabalhar de forma a utilizar os

pontos que fortes para, como diz Felisberto e Zoboli (2016, p. 2), “ construir o ambiente de aprendizagem. Acreditamos que diante desse caso, o professor teria que identificar meios que conduzam a garota a participar das aulas, mas para isso o mesmo precisaria de ajuda de outros profissionais especializados”

Neste sentido, através da observação direta foi possível identificar certa fragilidade na consolidação desse planejamento integrado entre a equipe gestora e a professora de Educação Física, de forma a promover a inclusão nas suas aulas, o que demonstra que ainda não há prática de inclusão na disciplina de Educação Física. O trabalho em conjunto com a comunidade escolar é essencial para promover o desenvolvimento da aluna, ainda mais que a mesma não possui família para acompanhá-la.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho de inclusão no ambiente escolar é uma preocupação que tem surgido nas escolas, principalmente pela dificuldade que os professores possuem em achar que não estão preparados para trabalhar com as deficiências.

A partir das leituras feitas para a realização deste trabalho, foi possível perceber que o maior obstáculo a ser enfrentado para que a inclusão de pessoas com deficiência realmente ocorra na escola é o preconceito.

Quando o professor e a comunidade escolar assumem a postura inclusiva, independente da deficiência que possui, o aluno PCD pode se sentir integrado, pois o planejamento das atividades irá englobar suas particularidades, respeitando-as.

A acessibilidade no ambiente escolar não se limita apenas ao aspecto físico, à infraestrutura, mas à parte pedagógica, emocional, comunicativa e digital.

Para que o aluno PCD realmente seja incluído é muito importante que haja a sensibilização da comunidade, pois só assim será possível promover sua autonomia, incentivar as relações interpessoais e o bom desempenho escolar.

Na observação feita na Escola Municipal Maria Vilany, o ponto positivo à inclusão da aluna PCD é justamente a sensibilização dos colegas, que são cooperativos e solidários.

A pesquisa apontou que é preciso haver um planejamento mais sistematizado entre os docentes de todas as disciplinas, incluindo Educação Física,

juntamente com a coordenação pedagógica, para adaptar as atividades de forma a aproveitar as habilidades e valorizar as limitações, não só desta aluna PCD, mas de todos os demais que possam apresentar dificuldades.

Diante disto, concluo que a inclusão é consequência da atitude do professor, pois para que ela se efetive é preciso romper a barreira do preconceito e da falta de informações.

## REFERÊNCIAS

CASTELLANI FILHO [et al]. *Metodologia do ensino de educação física*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FELISBERTO, Sara Bomfim, ZOBOLI, Fabio. Inclusão de uma aluna com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física na cidade de Aracaju, SE. IN: **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 20, Nº 214, Março de 2016. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Acesso em: 12/09/2017.

FINCK, Silva Christina Madrid. *A educação física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação*. 2 ed. rev. Curitiba: IBPEX, 2011.

FONSECA, Vitor da. *Educação especial: programa de estimulação precoce - uma introdução às ideias de Fevertien*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. *Prática de ensino em Educação Física: a criança em movimento*. São Paulo: FTD, 2009.

MIRANDA, Simone de; AFONSO, Carlos Alberto. *A educação física na escola e o desenvolvimento motor*. 2006. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-085-TC.pdf> Acesso em 12/09/2017

RIBAS, João Batista Cintra. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2009.